



Universidades Lusíada

Freire, Maria Elisabete Ferreira, 1957-
Gonçalves, Jorge Manuel, 1964-

Transformação territorial: do lugar ao não-lugar

<http://hdl.handle.net/11067/4947>

Metadados

Data de Publicação

2001

Resumo

Num trabalho publicado em 1992, o antropólogo Marc Augé põe em destaque o surgimento de determinados espaços que designa de Não-Lugares. Se olharmos atentamente para as transformações territoriais registadas, em especial, durante esta última década, não poderemos deixar de concordar com o ponto de vista do autor. O Não-Lugar é então um novo protagonista geográfico. De facto, este conceito tem vindo a ganhar relevo, embora sujeito a novas situações e até aplicável a realidades que ainda não foram...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T05:08:25Z com informação proveniente do Repositório

TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL: DO LUGAR AO NÃO-LUGAR

ELISABETE FREIRE

JORGE GONÇALVES

Num trabalho publicado em 1992, o antropólogo Marc Augé põe em destaque o surgimento de determinados espaços que designa de Não-Lugares. Se olharmos atentamente para as transformações territoriais registadas, em especial, durante esta última década, não poderemos deixar de concordar com o ponto de vista do autor. O Não-Lugar é então um novo protagonista geográfico. De facto, este conceito tem vindo a ganhar relevo, embora sujeito a novas situações e até aplicável a realidades que ainda não foram devidamente estudadas pela sua aparição recente.

O Não-Lugar representa a antítese do Lugar. O *Não-Lugar* foi concebido para traduzir a crescente transformação das relações que os indivíduos vão estabelecendo com os diferentes espaços construídos. Essa transformação caminha frequentemente no sentido da diminuição dos traços de identificação do indivíduo com o seu território ou mais precisamente com os seus territórios do quotidiano e da intimidade. Assiste-se, então, a um processo de desmontagem, lento mas persistente, das territorialidades individuais e comunitárias que seguem de perto os resultados das novas fórmulas de construção das estruturas territoriais e dos efeitos introduzidos no seio da sociedade pelo desenvolvimento galopante duma economia ultra liberal.

Como identificar a presença dos *não-lugares* num dado território? Desde logo a resposta passa pela definição de espaços concretos que integram o conceito em discussão. Os exemplos apontados por Marc Augé para ilustrar esta visão gravitam em torno das vias de comunicação de elevado débito (auto-estradas, circulares, vias rápidas, etc.), dos interfaces de transporte e dos centros comerciais. Qualquer destes casos representam lugares sem memória nem história, com dificuldades de estimula-

rem momentos relacionais, conseqüentemente, sem possibilidades de serem apropriados e de gerarem laços afectivos.

A este conjunto dever-se-á acrescentar os espaços anónimos dos densos prolongamentos urbanos que irradiam a partir das grandes cidades formando as regiões metropolitanas. Tratando-se, na sua maioria, de vastos espaços marcados pela função residencial e por uma monotonia funcional acentuada, alberga conjuntos enormes de residentes que apenas aí permanecem algumas horas por dia e que nunca chegam a produzir territorialidades suficientemente densas para criar uma memória local e uma verdadeira comunidade. Gera-se uma progressiva desidentificação individual face ao espaço visível no anonimato e no alheamento a que se submetem todos os residentes. A solidão pessoal e a quebra de laços de solidariedade que são o resultado de vivências em espaços monótonos, sem espaços públicos e pobres em equipamentos colectivo, produzem a mais óbvia tradução espacial do conceito que é aqui repetidamente referido como o *não-lugar*.

Vários factores têm contribuído para a preversão do conceito de lugar mas um dos mais importantes que merece ser sublinhado é o de velocidade como não se tem cansado de afirmar Paul Virilio (1993).

Os ganhos de velocidade que têm contribuído para a disseminação e ampliação dos não-lugares geram um efeito contraditório dividido entre benefícios e prejuízos dos quais ainda ninguém foi capaz de fazer um balanço final. A velocidade a que se alude vai desde a que é possível abranger nas estradas até à velocidade da luz nas telecomunicações. A que se processa nas estradas gera o alargamento suburbano. A que se verifica através das linhas de telefone, via satélite ou radiodifusão conduz a um aumento da inércia com uma correlativa diminuição dos contactos interpessoais ou, para não corromper o discurso inicial, inibe-se a construção da memória dos lugares. Recorrendo mais uma vez a VIRILIO (1993) (...) *Com efeito, se o final do século XIX e os primeiros do século XX assistiram ao advento do veículo automóvel, veículo dinâmico, ferroviário, rodoviário e mais tarde aéreo, parece evidente que o final do século anuncia uma última mutação, com a próxima chegada do veículo audiovisual, veículo estático, substituto das nossas deslocações físicas e prolongamentos da inércia domiciliária que acarreterá enfim o*

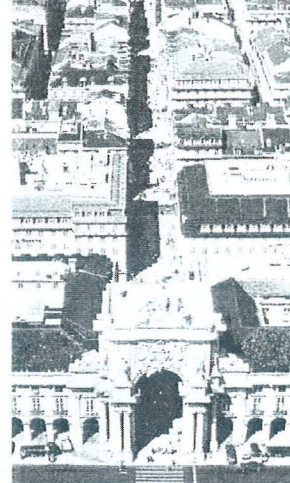


trunfo da sedentaridade, de uma sedentaridade agora definitiva (p.35).

São, assim, complexas as razões que determinam a emergência destes espaços não estando ainda avaliadas as suas consequências sociais ou ainda não se sabe sequer, por estarem imbricados nos restantes processos que afectam a sociedade, se se irá dar por elas. Poderá tentar-se dar conta da sua importância através da ilustração de casos reconhecidos na Cidade de Lisboa, sujeita a grandes transformações urbanísticas gerais decorrentes de grandes eventos ou de ajustamentos à pressão para uma terciarização intensa que criaram novas *des-centralidades* na Área Metropolitana de Lisboa.

O discurso associado à organização urbana tem sido marcado por recorrentes afirmações em torno de pólos que conseguem gerar forças centrípetas sobre si, captando uma procura que se relaciona com emprego, compras e/ou lazer. Estas novas centralidades materializam-se nos grandes centros comerciais, na Expo'98, nos grandes eixos terciários (Av. da Liberdade, Avenidas Novas, ...), dispersando os focos importantes da cidade, criando multipolaridades, tornando o tecido urbano mais competitivo e mais equilibrado. Então e que dizer dos outros, dos que permanecem na mesma ou, mais grave, que são construídos e assumem um papel repulsivo na sua relação com os indivíduos? Como são a negação dos primeiros talvez num primeiro momento seja adequado tratá-los como *des-centralidades*. Dada a sua profusão é conveniente segmentar os exemplos por núcleos temáticos, caracterizando-os individualmente e projectando os seus efeitos sobre a vida urbana.

Eixos de transporte - O completamento de vias que estavam previstas no antigo Plano Director Municipal de Lisboa veio criar novas acessibilidade na cidade, aliás indispensáveis atendendo ao aumento exponencial de veículos que circula na cidade. Desde a CRIL ao eixo Norte-Sul passando pelos novos túneis, viadutos e às omnipresentes rotundas, ao tecido urbano foram sendo acrescentados elementos que supostamente permitiriam o acréscimo da velocidade e que vieram a constituir barreiras de difícil ultrapassagem por peões ou trânsito local. Por exemplo Cullen (1983) descreve estas vias motorizadas como impessoais, enquanto que, os caminhos para peões conferem à cidade a sua dimensão humana. Assim, multiplicaram-se as células



urbanas, com escassa, porque morosa, comunicação entre si, gerando fenómenos de enclaves nem sempre racionalizados mas efectivos no seio da cidade. Esta segregação espacial tem prolongamentos na radicalização das estratégias de exposição das identidades de grupos de residentes, seja de bairros populares seja de minorias étnicas.

Áreas centrais - A terciarização tem sido a actividade que mais se expandiu nos anos 90 em Lisboa, disputando e conquistando terreno e importância à indústria, que conciliou essa competição com a obtenção de mais valias interessantes na realocação periférica, e ao espaço residencial. As avenidas novas e alguns bairros mais antigos foram sendo integrados nesta mancha de ocupação. Os seus residentes ou os seus filhos foram sendo progressivamente expulsos e muitas vezes os edifícios substituídos para os adequar eficazmente às novas exigências produtivas. O esvaziamento residencial que daqui resulta teve consequências claríssimas na relação dos lisboetas com os seus espaços do quotidiano. Para tal basta adiantar o exemplo da Baixa que da opulência comercial de há alguns anos (hoje, durante o dia ainda mostra residualmente indícios desses tempos) passou a um espaço vazio, estéril, inseguro no período nocturno. É palco para marginais e indivíduos afectados por situações que os conduziram à condição de excluídos, que praticamente subtraiu a esta área a população que a utilizava para percursos pedonais.

Parques Verdes Urbanos - Extensos corredores verdes ganharam uma expressão inusitada dada a importância do ambiente na acção política. A área verde por habitante é um dado que todos procuram ampliar e da forma mais rápida possível. Para tal a solução imediata é o aproveitamento de áreas devolutas ou tornadas livres pelos realojamentos para instalar enorme jardins e parques. É indiscutível o mérito de tais realizações mas a sua escala coloca o indivíduos numa posição demasiado desconfortável porque se sente dificuldade em criar uma territorialidade pessoal com aquele espaço (estabelecer percursos, procurar os mesmos lugares para repousar e contemplar, etc.). À noite tudo se complica e o parque verde torna-se uma verdadeira descentralidade e não-lugar, pois não se pode oferecer a quem o frequenta segurança ainda que nunca se tenha aí registado qualquer acontecimento grave.



Grandes superfícies comerciais - A antiga rua comercial, como sucedia na Baixa lisboeta, tinha algumas semelhanças com o que se passa nos espaços interiores dos grandes centros comerciais, sobretudo no que se relacionava com os passeios para ver as montras e para se ser visto e reconhecido pelos outros. Todavia, os actos de compra pelos contactos personalizados que exigiam com os comerciantes eram actos de socialização e integração, sendo uma vertente do processo mais amplo do contínuo reforço da coesão societária. Hoje não há comerciantes, como não há clientes mas apenas compradores anónimos, nos espaços comerciais sendo possível entrar e comprar bens sem sequer pronunciar uma palavra, bastando estender o cartão de crédito. São lugares que nasceram do nada, sem relação com os locais que não seja a proximidade a fluxos interessantes de passantes, não lhes interessando manter relações com os clientes que não sejam as que directa ou indirectamente se reportam a actos de consumo.

Condomínios fechados - O aparecimento em plena cidade de projectos imobiliários que têm por traço predominante o seu isolamento face à cidade e a muitos dos equipamentos que ela oferece. Dispondo de áreas verdes e desportivas e outros equipamentos diversos é uma nova faceta dos não-lugares para quem aí habita mas sim para a generalidade dos cidadãos que vêm a cidade a fechar-se ao seu olhar. Este é o embrião da cidade individualista, não partilhada, fechada em muros com justificações fundamentadas em insegurança ou comodidade. A sua riqueza funcional poderá mesmo tornar dispensável as saídas por motivos de compra e trabalho do condomínio.

As notas soltas que foram sendo referidas ao longo do texto podem não ser mais que etapas de um percurso urbano que é marcado por mudanças verificadas noutras áreas (económicas, demográficas, culturais).

Reversão ou aceleração? Em qualquer dominio o estabelecimento de cenários prospectivos é sempre um exercício arriscado até porque nesta fase de viragem de século e de milénio, quando o desenvolvimento das mais variadas tecnologias e, em particular, do mundo das telecomunicações, é de nível exponencial, esse passo parece ser ainda mais complicado.

Os ciclos de vida urbana como a urbanização, suburbanização, reurbanização mostram a efemeridade de algumas das marcas mais profundas da cidade.

As áreas urbanas portuguesas encontram-se ainda no ciclo de expansão dos não-lugares. Hoje, vive-se já absolutamente soterrado numa pilha de informação que, com dificuldade, abarcamos em pleno apesar ainda estarmos numa fase embrionária. O panorama do próximo milénio será, sem dúvida, marcado ainda mais por uma *sociedade da informação*. Foi esta a expressão usada por Jack Nilles quando proferiu o seu discurso no colóquio *Teletrabalho: trabalhar on line*, organizado pelo ISCS (EL-RAS, 1999). A sedentarização e os comportamentos individualistas poderão acentuar-se num quadro de generalização das telecomunicações.

Por outro lado, as cidades continuam hoje a ser desenhadas à medida do automóvel apesar de se reconhecer que este modelo tem gerado disfunções ambientais e psicológicas, entre outras.

Em simultâneo, registam-se já alguns sinais de inversão pontuais dos quais se devem salientar os sinais de revitalização demográfica do centro da cidade como se observa na proliferação dos novos projectos imobiliários (Saldanha, Expo'98 e Campo Grande, designadamente). Também os Bairros históricos, até há alguns anos em decadência física (envelhecimento das construções, carência de infra-estruturas, dificuldades de estacionamento e circulação) e humana (envelhecimento demográfico), estão a registar o retorno da animação urbana com a fixação duma população heterogénea.

Este processo designa-se globalmente como *gentrification* e anuncia o renascimento dos centros das cidades normalmente seguindo modalidades que se afastam do vazio afectivo que marca os não-lugares.

Todas estas prováveis mudanças vão decerto deixar marcas indeléveis no território, nas nossas vidas e consequentemente também na arquitectura e forma urbana. Uma outra concepção de arquitectura e de planeamento territorial surgirá como se de uma nova ordem se tratasse.

Referências:

- AUGÉ, M. – *Non-Lieux, introduction a une antropologie de la surmodernité*. Editions du Seuil, Paris, 1992.
- CULLEN, G. – *Paisagem urbana*. Edições 70 (Arquitectura & Urbanismo), Lisboa, 1983.
- EIRAS, R. – Portugal continua adiado. *Expresso*, 15 de Maio de 1999.
- VIRILIO, P. – *A inércia polar*. Publicações D. Quixote, Lisboa, 1993.